

Edição nº 32 – 22 a 26 de maio

## CRISE POLÍTICA ALTERA PRIORIDADES NO CONGRESSO

A crise política instaurada em razão do suposto envolvimento do presidente da República em fatos investigados no âmbito da Operação Lava Jato, em razão de uma delação premiada homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), teve profundo impacto na atividade de ambas as casas do Congresso Nacional.

Os fatos que vieram à tona na última quarta-feira (17) abalaram a vida política e impactaram a agenda de reformas defendidas pelo governo. Na última quinta-feira o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator da Reforma Trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, havia informado que suspendera a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 38/2017 diante do cenário de instabilidade política do país. Todavia, ontem (23) o senador informou que apresentará hoje parecer favorável ao projeto, afirmando que o Congresso não pode “deixar de trabalhar por causa da crise do governo”.

Já na Câmara dos Deputados, o deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), relator da Reforma da Previdência, suspendeu o andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016. Em nota, informou que “não há espaço para avançarmos com a Reforma da Previdência no Congresso Nacional nessas circunstâncias”. Ainda de acordo com o deputado, “é hora de arrumar a casa, esclarecer fatos obscuros, responder com

verdade a todas as dúvidas do povo brasileiro, punindo quem quer que seja, mostrando que vivemos em um país em que a lei vale para todos”. O PPS já anunciou o rompimento com o governo. O presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que colocará o projeto em pauta entre os dias 5 e 12 de junho.

Por outro lado, se a crise abalou o andamento dos projetos patrocinados pelo Planalto, outros temas foram automaticamente lançados sob os holofotes do Congresso.

É o caso da Reforma Política. A Comissão Especial da Reforma Política na Câmara dos Deputados, que vinha com pouca movimentação nas últimas semanas, já anunciou que hoje irá debater o Relatório Parcial nº 3/2017. Mais tarde, a Comissão Especial para analisar a PEC nº 77/2003, que altera o mandato para cinco anos e acaba com a reeleição para os cargos do Executivo, também deverá se reunir. Em ambos colegiados, o relator é o deputado Vicente Cândido (PT-SP). Já o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), por sua vez, afirmou ser possível pautar a PEC nº 227/2016, que prevê eleições diretas para os cargos de presidente e vice no caso de vacância da presidência nos últimos dois anos do mandato.

## FIQUE DE OLHO

- Senado aprova regime de recuperação fiscal dos estados e DF e texto vai à sanção presidencial.
- Plenário do Senado pode analisar PEC sobre o fim do chamado “foro privilegiado”.
- Convênio para remissão de créditos tributários pode ser analisado pelo Plenário da Câmara.

**7 Dias no Poder** é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

**Luiz Fernando Visconti** (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

[www.tozzinifreire.com.br](http://www.tozzinifreire.com.br)

## DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

### FIQUE DE OLHO

#### SENADO APROVA REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS E DF

Na última quarta-feira o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 39/2017, que estabelece o regime de recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal (DF). O texto foi sancionado sem vetos e publicado ontem no Diário Oficial.

Em suma, o regime possibilitará que os estados endividados renegociem suas dívidas com a União, suspendendo o pagamento por três anos em troca de contrapartidas como privatização de empresas públicas e proibição na concessão de vantagens a servidores. Após o prazo de três anos, o total acumulado e corrigido será cobrado dos estados.

#### MINISTRO DA TRANSPARÊNCIA ENCAMINHA PROPOSTA PARA REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

Na última terça-feira, o ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), Torquato Jardim, encaminhou ao Palácio do Planalto proposta de decreto que regulamenta a representação para a defesa de interesses e direitos, atividade popularmente conhecida como lobby, no âmbito dos órgãos e entidades públicas da administração pública federal direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público federal. Na proposta, a atividade é qualificada como função acessória e subsidiária na formulação das políticas públicas e na orientação das ações institucionais, normativas e administrativas. Ainda, são definidos como princípios basilares da atividade a transparência, moralidade, legalidade, probidade administrativa e supremacia e indisponibilidade do interesse público. Dentre outros pontos, a proposição veta ao agente público, ainda que em licença de qualquer natureza, exercer representação para defesa de interesses e direitos perante o órgão ou entidade, e estabelece a obrigatoriedade da divulgação de todas as agendas de audiências que os agentes públicos participarem. Vale frisar que o Congresso Nacional também está analisando várias proposições legislativas que propõem regulamentação sobre a mesma atividade.

#### CÂMARA APROVA MP 757/2017, QUE INSTITUI A TAXA DE CONTROLE DE INCENTIVOS FISCAIS E A TAXA DE SERVIÇOS DA SUFRAMA

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na última segunda-feira, o projeto de lei de conversão (PLV) nº 13/2017, originário da medida provisória (MP) nº 757/2017, que institui a taxa de controle de incentivos fiscais (TCIF) e a taxa de serviço (TS) para custeio das atividades da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), na forma do texto apresentado pela relatora da matéria na Comissão Mista, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). As

taxas aprovadas pela Câmara substituem a taxa de serviços administrativos cobrada na Zona Franca, considerada ilegal pelo STF em 2016. O texto ainda prevê a possibilidade de parcelamento de dívidas pelo descumprimento de contrapartidas para o recebimento de benefícios fiscais. O parcelamento poderá ser feito em até 48 vezes e deverão ser depositadas no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A empresa poderá optar também por um plano de reinvestimento, submetido à Suframa, ao invés de parcelar essa dívida.

#### CCJC APROVA PROJETO QUE TORNA OBRIGATÓRIOS EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA NAS ARENAS, GINÁSIOS E ESTÁDIOS

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o projeto de lei (PL) nº 2.648/2011, de autoria do deputado Jorginho Mello (PR-SC), que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de vigilância nas arenas multiuso, ginásios e estádios de futebol, credenciados para a realização de jogos oficiais, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, para fins de concessão de alvará de funcionamento. A proposição foi aprovada em apreciação conclusiva pelas Comissões e, se não for interposto recurso por 1/10 dos deputados (51 deputados), será encaminhada diretamente à análise do Senado Federal.

#### CDC APROVA REGULAMENTAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR DE ÓRTESES, PRÓTESES, PRODUTOS PARA A SAÚDE E PL QUE DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE MULTA CIVIL AO FORNECEDOR QUE DESCUMPRIR A LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, na última quarta-feira, o substitutivo apresentado ao projeto de lei (PL) nº 380/2015, de autoria do deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), que altera a Lei nº 10.742/2003 para dispor sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e incluir na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) a fixação e ajustes de preços do setor. A proposição será submetida, ainda, à análise das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) e de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC).

Na mesma data, a CDC aprovou o PL nº 1.412/2015, de autoria da deputada Maria Helena (PSB-RR), que altera o Código de Defesa do Consumidor para dispor sobre a aplicação de multa civil ao fornecedor que reiteradamente descumprir os deveres previstos na legislação consumerista. O texto ainda deverá ser analisado pela CCJC.

**CDEICS APROVA ALTERAÇÃO NA LEI DE FALÊNCIAS E REJEITA INCLUSÃO DE DISPOSITIVO NA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEICS) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 1.933/2015, de autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), nos termos de texto substitutivo apresentado pelo relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), que altera a Lei de Falências para permitir, entre outros pontos, que novos créditos concedidos ao devedor durante a recuperação judicial em empréstimos ou financiamentos de qualquer modalidade, sejam pagos prioritariamente e considerados extraconcursais, em caso de decretação de falência.

Na mesma data, a CDEICS aprovou o parecer do deputado Lucas Vergílio (SD-GO) pela rejeição do PL nº 6.962/2010, de autoria do deputado Cleber Verde (PRB-MA), que acrescenta dispositivo à Lei das Sociedades Anônimas para estabelecer a obrigatoriedade da participação das assembleias de acionistas no conhecimento prévio das chamadas

operações com partes relacionadas e nas operações que envolvam conflitos de interesses da companhia.

Ambas as proposições deverão, ainda, ser apreciadas pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC).

**CDEICS APROVA ALTERAÇÕES NAS REGRAS DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEICS) da Câmara aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 2.321/2015, que determina que o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva, ficando excetuados, para fins de aplicação dessa regra, restaurantes, bares, barracas de praia e similares e hotéis, pousadas e similares, os quais serão regidos exclusivamente pela respectiva convenção coletiva de trabalho. A proposta ainda deverá ser analisada pela CCJC.

**AGENDA DA SEMANA**

**SENADO FEDERAL**

**PLENÁRIO**

**23/05/2017, às 14H**

**Projeto de Lei de Conversão nº 13/2017**, proveniente da Medida Provisória nº 757/2016, que institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS) em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e dá outras providências.

Autoria: presidência da República

Relatora: sen. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

**FIQUE DE OLHO**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2013**, que extingue o foro especial por prerrogativa de função ("foro privilegiado") nos casos de crimes comuns.

Autores: sen. Álvaro Dias (PV-PR) e outros

Relator: sen. Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

Relatório: favorável.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)**

**23/05/2017, às 8H30**

**Projeto de Lei nº 534/2015**, que cria a declaração única de informações socioeconômicas e fiscais da pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de pequeno porte.

Autor: sen. José Medeiros (PSD-MT)

Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação.

**Projeto de Lei nº 535/2015**, que eleva a 34% (trinta e quatro por cento) a alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre os rendimentos decorrentes de operação em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, ou então usufrua de regime fiscal privilegiado.

Autor: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relator: sen. Cristovam Buarque (PPS-DF)

Relatório: pela aprovação.

**Projeto de Lei nº 632/2015**, que prevê a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas.

Autor: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**ERRATA**

No informativo nº 31, na página 2, informamos que o quórum para aprovação de Proposta de Emenda à Constituição é de 2/3 dos deputados (342 deputados), quando o correto é de 3/5 dos deputados (308 deputados). O texto disponível online está corrigido.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)**

23/05/2017, às 11H30

**Projeto de Lei nº 389/2016**, que dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

Autor: sen. Dário Berger (PMDB-SC)

Relator: sen. Hélio José (PMDB-GO)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)**

24/05/2017, às 8H30

**Projeto de Lei nº 348/2014**, que exclui da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro.

Autor: sen. Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Relator: sen. Humberto Costa (PT-PE)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)**

24/05/2017, às 10H

**FIQUE DE OLHO**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2016**, que determina a realização de eleição direta aos cargos de presidente e vice-presidente da República, na hipótese de vacância desses cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial.

Autores: sen. Reguffe (sem partido-DF) e outros

Relator: sen. Lindbergh Farias (PT-RJ)

Relatório: favorável, com substitutivo.

**Proposta de Emenda à Constituição nº 92/2015**, que inclui parâmetros socioambientais no sistema tributário nacional.

Autores: sen. Roberto Rocha (PSB-MA) e outros

Relator: sen. Jorge Viana (PT-AC)

Relatório: favorável, com emendas.

**Projeto de Lei nº 686/2015**, que estende a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Autor: sen. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PLENÁRIO**

23/05/2017, às 14H, 24/05/2017, às 9H, e 25/05/2017, às 9H

**Projeto de Lei de Conversão nº 12/2017**, originário da Medida Provisória nº 759/2016, que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Autor: Poder Executivo

Relator: dep. Pauderney Avelino (DEM-AM)

Relatório: pela aprovação, na forma do PLV.

**Projeto de Lei de Conversão nº 11/2017**, originário da medida provisória nº 762/2016, que prorroga o prazo de vigência da não incidência do adicional ao frete para renovação da marinha mercante – AFRMM.

Autor: Poder Executivo

Relator: dep. Felipe Maia (DEM-RN)

Relatório: pela aprovação, na forma do PLV.

**FIQUE DE OLHO**

**Projeto de Lei Complementar nº 54/2015**, que dispõe sobre a aprovação de convênio que permita aos estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Autor: sen. Lúcia Vania (PSDB-GO)

Relator: dep. Alexandre Baldy (PODE-GO)

Relatório: ainda não apresentado.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)**

24/05/2017, às 10H

**Projeto de Lei nº 7.790/2014**, que altera a Lei de Registros Públicos para dispensar a apresentação de carta de anuência de confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

Autor: dep. Irajá Abreu (PSD-TO)

Relator: dep. Onix Lorenzoni (DEM-RS)

Parecer: pela aprovação.

**Projeto de Lei nº 4.719/2016**, que propõe a equiparação entre produtores rurais e industriais com o objetivo de suspender a incidência do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre as operações de embalagem e acondicionamento dos produtos agrícolas.

Autor: dep. Jerônimo Goergen (PP-RS)  
Relator: dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)**  
**24/05/2017, às 10H**

**Projeto de Lei nº 6.846/2017**, que estabelece os princípios e critérios para certificação de entidades provedoras de tecnologia social e dá outras providências.

Autor: dep. Zé Silva (SD-MG)  
Relator: dep. Domingos Neto (PSD-CE)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**24/05/2017, às 11H30**

**Audiência pública** para debater as ações para o desenvolvimento do setor tecnológico brasileiro.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)**  
**23/05/2017, às 14H30**

**Proposta de Emenda à Constituição nº 272/2016**, que acrescenta parágrafo único ao artigo 192 da Constituição Federal para proibir as agências financeiras oficiais de fomento, quando administrarem mecanismos de direcionamento de crédito, a financiarem projetos executados fora do território nacional.

Autor: dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG)  
Relator: dep. Maia Filho (PP-PI)  
Relatório: pela admissibilidade.

**Projeto de Lei nº 2.813/2000**, do Senado Federal, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Autor: CPI do sistema financeiro 1986  
Relator: dep. Arthur Lira (PP-AL)  
Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 3.163/2015**, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências.

Autor: dep. Danilo Forte (PDB-CE)  
Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)  
Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 1.331/2015**, que altera o Marco Civil da Internet para tratar do armazenamento de dados de usuários inativos na rede mundial de computadores.

Autor: dep. Alexandre Baldy (PODE-GO)  
Relator: dep. Marcos Rogério (DEM-RO)  
Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação com emenda e substitutivo.

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)**  
**23/05/2017, às 14H30**

**Audiência pública** para discutir o projeto de lei nº 7.182/2017, do Senado Federal, que veda a implementação de franquias limitadas de consumo nos planos de internet banda larga fixa.

**24/05/2017, às 9H30**

**Projeto de Lei nº 7.204/2014**, que dispõe sobre inovação de modelos de automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, proibindo os fabricantes a modificar técnica, estética ou mecanicamente automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, pelo período inferior a um ano.

Autor: dep. Onofre Santo (PSD-SC)  
Relator: dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 2.246/2015**, que obriga os fornecedores que prestam serviços de natureza continuada a prorrogar o prazo de pagamento das faturas cobradas pela prestação do serviço por tempo igual ao que o serviço esteve interrompido durante o mês.

Autor: dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB)  
Relator: dep. Chico Lopes  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emenda.

**Projeto de Lei nº 2.993/2015**, que dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet, tais como WhatsApp, Google Hangout, Viber, Telegram, Line, entre outros, para garantir a legalidade e a funcionalidade desses sistemas de forma gratuita na internet brasileira.

Autor: dep. Ronaldo Carletto (PP-BA)  
Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 3.351/2015**, que obriga os postos revendedores de combustíveis a venderem os combustíveis automotivos pelos preços anteriores aos reajustes de preços, enquanto durarem os estoques de combustíveis comprados anteriormente à vigência dos aumentos.

Autor: dep. Pastor Franklin (PP-MG)  
Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)  
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 4.142/2015**, que altera a Política Nacional do Turismo para vedar ao prestador de serviço turístico cobrar taxa pelo cancelamento de reserva, sempre que solicitado pelo consumidor com antecedência mínima de sete dias da data de início da acomodação.

Autor: dep. Luciano Ducci (PSB-PR)

Relator: dep. Severino Ninho (PSB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 5.421/2016**, que altera o Código de Defesa do Consumidor para declarar a resolução do contrato de crédito firmado para a compra de veículo em que haja vício de qualidade do produto.

Autor: dep. Rômulo Gouveia (PSD-PB)

Relator: dep. Deley (PTB-RJ)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

**Projeto de Decreto Legislativo nº 578/2016**, que susta o art. 13 da Resolução nº 400/2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que permite a venda de franquia de bagagem de forma separada da passagem aérea.

Autor: Senado Federal

Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)**  
24/05/2017, às 9H30

**Projeto de Lei nº 6.584/2016**, que acrescenta dispositivo à Lei de Recuperação de Empresas e Falências para determinar que o pagamento da participação nos lucros ou resultados é devido em caso de rescisão do contrato de trabalho, em valor proporcional ao tempo trabalhado no período considerado para o seu cálculo, vedada disposição em contrário.

Autor: dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela rejeição.

**Projeto de Lei nº 2.661/2015**, que acresce artigo ao Código de Defesa do Consumidor para disciplinar as relações entre empresas que utilizam serviços de telecomunicações ou de mensageria para difusão de mensagens publicitárias, de cobrança ou de divulgação e os consumidores em geral.

Autora: dep. Shéridan (PSDB-RR)

Relator: dep. Aureo (SD-RJ)

Relatório: pela aprovação.

**Projeto de Lei nº 879/2015**, que dispõe sobre a isenção do imposto de importação (II) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para equipamentos e materiais esportivos adquiridos por academias.

Autor: dep. João Derly (REDE-RS)

Relator: dep. Helder Salomão (PT-ES)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)**

24/05/2017, às 10H

**Projeto de Lei nº 3.729/2004**, que trata da obrigatoriedade de apresentação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), com ampla publicidade, para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente.

Autor: dep. Luciano Zica (PT-SP) e outros.

Relator: dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 3.729/2004**, que isenta do Imposto sobre Importação (II) os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

Autor: sen. Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Relator: dep. Miro Teixeira (REDE-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)**

24/05/2017, às 10H

**Projeto de Lei nº 7.124/2010**, que fixa as regras para a escolha de representantes dos empregados nas empresas com mais de 200 trabalhadores.

Autor: dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)

Relator: dep. Vicentinho (PT-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

**Projeto de Lei nº 1.751/2015**, que cria a obrigação de os Conselhos Fiscal e de Administração das empresas públicas ou sociedades de economia mista, bem como suas subsidiárias, controladas e coligadas, da administração pública federal a gravar em meio digital e manter em arquivo todas as suas reuniões pelo prazo de 10 anos.

Autor: dep. Eduardo Cury (PSDB-SP)

Relator: dep. Gorete Pereira (PR-CE)

Relatório: pela aprovação.

**COMISSÃO ESPECIAL DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

24/05/2017, às 14H30

**Audiência pública** para debater o tema "modelo regulatório: órgão, agência e autorregulamentação".

**COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

24/05/2017, às 14H30

**Reunião** para apresentação dos pareceres parciais.

**COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA**

23/05/2017, às 14H30

**Reunião** para discussão e votação do relatório parcial do relator, deputado Vicente Cândido (PT-SP).